

## Um ponto fora da curva: Felisbello Freire e sua *História da cidade do Rio de Janeiro*

Paulo Knauss\*

A point off the curve: Felisbello  
Freire and his History of the city  
of Rio de Janeiro

### Resumo

O objetivo desse estudo é discutir o lugar na historiografia carioca do livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* publicado em edição original de 1901 e nova edição em dois volumes nos anos de 1912 e 1914, por Felisbello Freire. Num primeiro momento, a pesquisa indaga se Felisbello Freire pode ser considerado um escritor carioca, para em seguida tratar a singularidade editorial de seu livro sobre a história carioca, envolvido num concurso polêmico e que resultou numa publicação tardia e que certamente não favoreceu sua repercussão. Por fim, o estudo analisa o conteúdo da obra e conclui que Felisbello Freire apresenta um ponto de vista que foge ao padrão predominante da historiografia carioca ao evitar a identidade local e tomar a cidade como elemento de compreensão da história nacional.

**Palavras-chave:** Historiografia; História do Rio de Janeiro; Felisbello Freire.

### Abstract

The aim of this study is to discuss the place in the historiography of the book *History of the City of Rio de Janeiro* published in an original edition in 1901 and in a new edition in two volumes of 1912 and 1914, by the historian Felisbello Freire. At first, the research asks if Felisbello Freire can be considered a Carioca writer, and then treat the published singularity of his book on Carioca history, involved in a controversial contest that resulted in a late publication and that certainly did not favor his Repercussion. Finally, the study analyzes the content of the work and concludes that Felisbello Freire presents a point of view that escapes the predominant pattern of Carioca historiography by avoiding local identity and taking the city as an element of understanding of national history.

**Keywords:** Historiography; History of Rio de Janeiro; Felisbello Freire



\* Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Diretor do Museu Histórico Nacional. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. É autor de diversas publicações, tendo lançado recentemente em co-autoria com Daryle Williams e Amy Chazkel, *The Rio de Janeiro Reader: history, culture, politics* (Duke University Press).

## *Felisbello Freire, escritor carioca?*

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, mais conhecido simplesmente como Felisbello Freire, nasceu no estado do Sergipe, em 1858, e morreu em 8 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Como resultado de sua atuação como líder do movimento republicano no Sergipe, tendo sido o primeiro presidente de estado sergipano da República brasileira, Felisbello Freire se tornou deputado constituinte em 1891, motivo de sua transferência para o Rio de Janeiro. Na sequência, entre os anos de 1893 e 1894, foi ainda ministro de Negócios Estrangeiros e de ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto, além de ter exercido o mandato de deputado federal por várias legislaturas até sua morte. Assim, fez da Câmara de Deputados um espaço importante de sua vida carioca. Disso resulta, portanto, que a política e a República conduziram o sergipano Felisbello Freire à viver na cidade do Rio de Janeiro.

Médico formado na Bahia e que exerceu a clínica médica na sua terra de origem, Freire logo combinou sua profissão com a atividade de jornalista e político, para mais tarde se afirmar também como dedicado pesquisador de história, consagrado em 1887 como sócio-correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e ingressando como sócio-correspondente, no ano seguinte, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando publicou no Rio de Janeiro seu conhecido ensaio sobre a história sergipana que apareceu no volume 51 da *Revista do IHGB*.

Sua dedicação ao pensamento social o inseriu no contexto da chamada 'geração de 70' que identifica um grupo de autores e intérpretes do Brasil que reuniu nomes notórios como os de Silvio Romero e Euclides da Cunha, além de outros talvez menos lembrados na atualidade, mas não menos importantes na sua época e em campos disciplinares específicos, como Araripe Junior, José Veríssimo e João Ribeiro e o próprio Laudelino Freire, irmão de Felisberto, entre outros, para não deixar de mencionar Capistrano de Abreu, o mais destacado representante dessa geração no campo da historiografia. Seguindo o mesmo movimento de pensamento de sua geração de escritores, sob a inspiração do cientificismo e das teorias do evolucionismo social, Felisbello Freire se tornou um dos mais produtivos historiadores brasileiros de sua época com vários livros publicados, que hoje são menos debatidos, mas nem por isso menos significativos. A essa altura, as distâncias históricas envolvem a obra de sua geração e de sua autoria aos olhos da atualidade.

Importa sublinhar, no entanto, que foi a partir da cidade do Rio de Janeiro que Freire conquistou projeção social como escritor e historiador, aliás, tal como os nomes mais destacados da dita 'geração de 70'. Do mesmo modo que Silvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, José



Veríssimo, Araripe Júnior, Laudelino Freire e Capistrano de Abreu, e tanto outros nomes da mesma geração de ideias, Felisbello Freire também encontrou seu destino do Rio de Janeiro. No seu caso pessoal, literalmente, pois seu túmulo se localiza no cemitério São João Batista, fixando sua presença carioca.

A capital federal da virada do século XIX para o XX, pelo seu ambiente político e pelo conjunto de suas instituições culturais acrescidas do vigor da imprensa local, atraía todos aqueles que buscavam o estudo e o debate sobre o Brasil e sua sociedade. A cidade funcionava como uma plataforma para pensar o país. Seguramente, essa foi a trilha da geração de Felisbello Freire que fez o Rio de Janeiro ser um destino comum, fazendo com que todos os intérpretes do Brasil, de um modo ou de outro, assumissem uma vida carioca.

Como escritor, Felisbello estreou em livro no ano de 1891 com o lançamento de *História do Sergipe*, provavelmente sua obra de maior repercussão nos dias atuais. Mesmo tendo sido publicada já na sua temporada no Rio de Janeiro e por tipografia da cidade, não é demasiado afirmar que se trata de produto de atividade de pesquisa histórica iniciada antes de sua vinda para a cidade do Rio de Janeiro, considerando ainda que seu argumento geral já estava delineado pelo ensaio publicado dois anos antes pelo LHGB, portanto, antes de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. O restante de sua produção historiográfica, no entanto, é claramente produto de sua vida como morador do Rio de Janeiro e autor inserido na vida intelectual e das instituições culturais da vida carioca.

Em resumo, por mais que o pensamento sobre o estado de Sergipe tenha se tornado a marca mais conhecida da obra histórica de Felisbello Freire, não apenas o escritor sergipano de origem se estabeleceu por grande parte de sua vida na cidade carioca, como sua produção editorial tinha como centro a capital federal. Sua intimidade com a cidade fez com que ainda terminasse seu percurso de historiador tomando o Rio de Janeiro como seu objeto de estudo e tema do último de seus livros publicados. Aliás, vale acrescentar, que levando em conta a bibliografia de Felisbello Freire listada por Francisco José Alves, o último artigo do historiador sergipano foi publicado em 1915 na imprensa sergipana e se chamava *Correspondência do Rio*, o que evidencia que a cidade carioca virou uma de suas marcas, mesmo na sua terra de origem.<sup>1</sup> Entre o Sergipe e o Rio de Janeiro, há claramente uma faceta de escritor carioca no tempo do Distrito Federal e que merece ser enfatizada na trajetória de Felisbello Freire.

Não sem razão, a memória do sergipano de origem e que se transmutou em carioca permanece inscrita na cidade do Rio de Janeiro desde

1 FREIRE, Felisbello. Correspondência do Rio. *Diário da Manhã*. Aracaju, 7 de novembro de 1915.



que se tornou nome de logradouro público, nominando uma rua entre os bairros de Olaria e Ramos, na Zona Norte. O endereço fica junto às ruas Alberto Nepomuceno e Gonzaga Duque, constituindo assim uma geografia simbólica que homenageia personalidades destacadas da cultura do Rio de Janeiro republicano no início do século XX, promovendo lado a lado a lembrança do historiador, do compositor musical e do crítico de arte da cidade da *Belle Époque* tropical. Considere-se ainda que perto da rua Felisbello Freire está a sede do famoso bloco carnavalesco Cacique de Ramos e não muito distante se localiza a quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Portanto, a memória do historiador sergipano de origem sobrevive inscrita numa das regiões urbanas mais importantes para a história do samba do Rio de Janeiro, o que não poderia ser mais carioca. Dito de outro modo, Felisbello Freire está na memória da cidade do Rio de Janeiro.

Tudo isso, ilustra em certa medida o que era o Rio de Janeiro no tempo do Distrito Federal que por seu papel de capital federal reunia atores políticos e de pensamento social de todas as partes do país, e que era capaz de atrair para a cidade personagens cuja marca era pensar outras regiões, contribuindo para interpretar a complexidade do país. Essa marca caracterizava o sentido nacional do Rio de Janeiro que se definia como cidade com olhos voltados para o Brasil. Nos dias de hoje, talvez possamos identificar a emergência de mudança de horizonte que impõe um certo pensamento bairrista sobre o Rio de Janeiro. Contudo, no tempo de Felisbello Freire, a situação era outra e os muitos personagens de saber que adotaram o Rio de Janeiro como moradia, lugar de vida e destino, raramente terminaram se envolvendo a tal ponto com a reflexão sobre a cidade que adotaram. Freire com seu ambicioso projeto de pesquisa sobre a história da cidade se diferenciou, inscrevendo-se na historiografia carioca. Será possível considerá-lo como historiador carioca?

### *A singularidade editorial*

Entre os 9 livros de história publicados por Felisbello Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro* tem um lugar singular na sua produção historiográfica.<sup>2</sup>

2 Lista de livros publicados por Felisbello Freire: *História do Sergipe*, 1891; e *História Constitucional da República*, 1895; e *História da Revolta da Armada*, de 1896; *História do Brasil*, 1896; *História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo*, 1906; *História do Banco do Brasil*, 1907; *Os Portugueses no Brasil, Estudo Histórico e Crítico*, 1907; *História da Cidade do Rio de Janeiro*, 1912-1914.

O livro surgiu primeiramente em publicação parcial no ano de 1901, editado pela Tipografia do Brasil, com 96 páginas, o que claramente não corresponde à obra que ficou mais conhecida pelos seus dois volumes, com um total de quase 900 páginas impressas, publicada entre 1912 e 1914 pela Tipografia da Revista dos Tribunais. A primeira edição apresenta dois capítulos da obra geral e parece abranger apenas o que o autor caracterizou como fascículos no plano editorial que difundiu na imprensa da época. A segunda edição de sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, no entanto, apareceu em formato tradicional de dois volumes, sendo que o primeiro tinha o recorte cronológico de 1564 até 1700 e o segundo de 1700 a 1808. Pela apresentação, sabe-se que havia ainda a promessa da publicação de um terceiro volume que deveria tratar de 1808 “até o nosso dia”, mas sobre o qual não temos notícia.

O fato é que a obra geral com seus volumes publicados respectivamente em 1912 e 1914 apareceu impressa tardiamente em relação à época da pesquisa. A distância temporal entre a edição dos dois volumes provavelmente levou ao fato de que com frequência as bibliotecas na atualidade possuem um ou outro, fazendo com que raramente os dois volumes estejam disponíveis conjuntamente na mesma instituição. Mesmo não sendo a obra de conclusão de seu trabalho de pesquisador, *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou sendo, portanto, o último de seus livros publicados e o único que se pode caracterizar como incompleto, considerando a promessa de um terceiro volume. Esse percurso editorial apresenta uma primeira singularidade de *História da cidade do Rio de Janeiro* na trajetória autoral de Felisbello Freire.

A segunda singularidade da obra reside na motivação de sua criação. Como o próprio autor declara na apresentação do volume publicado em 1912, a ideia do livro surgiu inicialmente num interregno da vida política do autor, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro e sem cargo público ou mandato parlamentar entre 1899 e 1903. Foi atraído para o projeto de pesquisa pela lei municipal de 1896 que instituiu um prêmio para quem escrevesse uma história da cidade no prazo de 5 anos. Ao final, o processo de reconhecimento do mérito do trabalho dependia do parecer de uma comissão. Suas outras obras tiveram motivações mais ligadas ao desenvolvimento de seu pensamento social e sua vida política e revelam um percurso bem diferente e que singulariza *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Certamente, a iniciativa do prêmio se relaciona com o contexto de construção da nova identidade republicana da cidade do Rio de Janeiro com a instauração do Distrito Federal, decorrente do regime republicano. Tratava-se de construir uma nova imagem da capital do Brasil, deixando para trás a imagem de Corte imperial e sede do estado monárquico. Nesse contexto do fim do século XIX que se organizou a proposição do prêmio



que atraiu Felisbello Freire a escrever um livro que não era motivado nem pelas suas origens, como no caso da *História de Sergipe*, nem buscava fundamentar seu posicionamento político como a *História Constitucional da República* ou a *História da Revolta da Armada*, para mencionar as obras que escreveu antes de 1901, quando terminou de escrever a *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Conforme apresenta Maria Fernanda dos Santos, a imprensa acompanhou os desdobramentos do trabalho de pesquisa de Felisbello Freire que redundou na produção do livro sobre a história carioca.<sup>3</sup> O autor seguia assim o modo de dar publicidade à criação intelectual da época, buscando legitimação social de sua construção autoral. Assim, antes mesmo de completar a tarefa de redação final do livro, em 1900, Freire se encarregou de promover sua obra de pesquisa histórica no jornal *Cidade do Rio*, diário fundado por José do Patrocínio. A publicação da notícia sobre sua pesquisa nesse jornal carioca prometia a edição dos resultados do trabalho em 150 fascículos e a publicação de dois capítulos na *Cidade do Rio*. Possivelmente, essa é a origem da edição reduzida da obra que veio à luz no ano de 1901.

Conforme o próprio Felisbello Freire registrou na apresentação do seu livro sobre o Rio de Janeiro no volume editado em 1912, o autor informa ter entregue os originais do texto à Prefeitura em 16 de março de 1901, portanto, no ano seguinte ao início da divulgação dos resultados na imprensa carioca e no mesmo ano da publicação parcial dos resultados da pesquisa. Foi o sucessor do prefeito João Felipe, Xavier da Silveira que tomou a decisão de incumbir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da avaliação dos resultados da pesquisa histórica.

Na altura, o Conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto e ex-presidente do Supremo Tribunal, já no período republicano, decidiu por nomear uma comissão especial, composta por Amaro Cavalcanti, Tristão de Alencar Araripe, Antonio Joaquim de Macedo Soares, eminentes juristas com atuação política ao lado da atividade de pesquisadores de história, que após análise emitiu parecer reconhecendo o mérito do trabalho, destacando que o autor estava em sintonia com “estudos científicos da moderna crítica da história” e que havia desenvolvido investigação histórica original apontando “dados e esclarecimentos abundantes de sua pesquisa nos arquivos quase todos desconhecidos ou não mencionados pelos nossos historiadores e ainda inéditos”. Em outras passagens, o parecer sublinhou novamente o recurso a “preciso critério científico” e “suas pacientes pesquisas em nossos arquivos”. Ao final, o júri concluiu sobre o valor

3 SANTOS, Maria Fernanda. Um estranho no ninho: recepção crítica à *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1444249739\\_ARQUIVO\\_Umestranhononinho.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1444249739_ARQUIVO_Umestranhononinho.pdf).

da obra que: “além de merecedora do prêmio decretado pela lei municipal, ela constituiu um serviço da maior utilidade público ao país.”

Contudo, de acordo com própria narrativa de Felisbello Freire, “o Instituto entendeu desprezar o parecer”. Assim, o livro e seu autor foram envolvidos numa grande polêmica que agitou o meio dos historiadores da época. Nenhuma outra obra de Felisbello Freire teve repercussão tão bombástica, mesmo antes de sua publicação. Se seu primeiro livro o consagrou no meio acadêmico da historiografia nacional representado pelo seu ingresso no IHGB, o livro sobre o Rio de Janeiro fez o historiador sergipano radicado na capital federal romper e se afastar da instituição acadêmica, colocando Freire num campo de oposição a vários membros da agremiação tradicional.

Como Freire registra na sua memória dos acontecimentos que constituiu o cerne da apresentação do primeiro volume de *História da Cidade do Rio de Janeiro*, a polêmica se desdobrou a partir do anúncio do parecer da dita Comissão Especial responsável por examinar o mérito da obra. O questionamento do resultado do trabalho da comissão levou à decisão de realizar leitura da obra pelo próprio autor no IHGB, o que se desenvolveu ao final de várias sessões ordinárias e extraordinárias realizadas no ano de 1902. Tal como se acompanha pelas atas publicadas na *Revista do IHGB* e analisadas por Maria Fernanda dos Santos, na sessão de 16 de maio, o sócio Rocha Pombo, distinguido professor do Colégio Pedro II, propôs que se encerrasse o ciclo de leituras da pesquisa, considerando que já havia condições para o instituto decidir. Essa proposta tal qual foi apresentada não foi aceita pelo 1o. vice-presidente Manoel Francisco Correia que dirigia a sessão, fazendo que a discussão terminasse por aprovar o encaminhamento apresentado pelo sócio Aristides Milton propondo que a leitura se ativesse à terceira parte que provocava maiores divergências. Assim, na sessão de 27 de junho de 1902 foi encerrada a leitura programada, decidindo-se pela votação de dois quesitos, respectivamente: sobre a relevância da utilidade da obra ao país e sobre o prêmio. O debate resultou na aprovação do primeiro quesito, mas não do segundo, gerando um resultado ambíguo, pois avaliava que a obra tinha relevância, mas que não merecia o prêmio, dando a entender que a relevância não era o critério decisivo do trabalho de pesquisa histórica. O ofício final dirigido ao prefeito da cidade manifestando a posição do Instituto foi firmado e datado finalmente em 20 de setembro de 1912.

Freire atribuiu o nó da discórdia aos sócios e secretários do IHGB Henrique Raffard e Max Fleiuss pela redação de um substitutivo que traduziu o estranho resultado e que sofreu questionamento no seio da própria instituição. Segundo seu relato, minúcias técnicas terminaram sendo invocadas, como o fato de que o prêmio falava de uma história do Distrito Federal e não da cidade, o que podia ser incongruente com a demanda



histórica, considerando que a solução político-administrativa do Distrito Federal era peculiar à recente República implantada no país. Segundo Freire, claramente o parecer final fazia uma avaliação política da sua obra a partir do modo como tratou os acontecimentos políticos do período imperial, considerando que apresentava “versões notoriamente parciais”, destacando que “foi exclusivamente um pensamento político a causa e o motivo do procedimento do Instituto Histórico que preferiu satisfazer as facções dos monarquistas”.

O fato é que a polêmica se transpôs para as páginas do *Jornal do Comércio* em 27 de junho de 1902, ainda antes do ofício derradeiro do IHGB ao prefeito, sugerindo que o jornal apoiava o posicionamento dos críticos do historiador sergipano transmutado recentemente então em historiador carioca. Por sua vez, em *A Notícia* de 10 de outubro de 1902, quase um mês depois do comunicado do instituto ao prefeito, informava-se que Freire pretendia acionar a Justiça para que a Prefeitura não adiasse o resultado do prêmio.

Apesar da polêmica editorial não se pode deixar de reconhecer que Felisbello Freire se inscreveu no quadro de diálogo dos historiadores cariocas. Graças às pesquisas de Maria Fernanda dos Santos sabemos que nos anos seguintes à polêmica deliberação do IHGB sobre a obra de Felisbello Freire, nas páginas de *A Notícia*, José Vieira Fazenda assumiu que Felisbello Freire era um de seus interlocutores no trato da história carioca. O médico, ex-vereador e intendente municipal, bibliotecário do IHGB e respeitado historiador do Rio de Janeiro, que naquela altura publicava regularmente crônicas sobre a história da cidade na imprensa carioca, mais tarde reunidas em coletânea *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, mencionou a monografia inédita de Freire e ainda lhe dedicou elogio pelo tratamento minucioso dos fatos históricos. Essa referência evidencia que mesmo não havendo consenso sobre sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Felisbello Freire ganhou o reconhecimento do autor mais reconhecido na época da historiografia carioca, instalando o autor de origem sergipana no diálogo dos livros e escritores da historiografia da cidade carioca.

O que se constata, ao final dessa trajetória editorial, é que *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou se singularizando como a obra de Felisbello Freire que mais despertou polêmica e antes mesmo de vir à luz por meio de sua publicação, definiu o posicionamento do autor no meio historiográfico carioca.





## *Um ponto fora da curva*

A menção ao seu nome e de seu trabalho feita na imprensa carioca por Vieira Fazenda certamente já representa o reconhecimento de Felisbello Freire como referência para a história do Rio de Janeiro.

Vieira Fazenda vai ser citado duas vezes por Freire na apresentação de seu livro sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, tratando-o de “ilustrado bibliotecário”, em quem encontrou “um grande auxiliar”, o que vai repetir adiante uma segunda vez. Na continuação, contudo, apresenta uma caracterização de Vieira Fazenda que esclarece o conceito do ofício de historiador de Felisbello Freire: “O serviço a nós prestado, em decifrar manuscritos, em confrontar datas, em pesquisar a verdade dos acontecimentos através dos mil incidentes da história, foi tão grande, quanto o reconhecimento que aqui prestamos a um dos nossos mais notáveis historiadores.” Com base em documentos de época, demarcar dados para fundamentar a verdade, pode ser um resumo do conceito de pesquisa histórica para o autor sergipano-carioca. O agradecimento, assim, confirma seu conceito de história.

Por outro lado, ao elogiar o bibliotecário do IHGB, Felisbello Freire também demonstra conhecimento da historiografia carioca de seus contemporâneos: “O Dr. Vieira Fazenda, crônica viva desta cidade, repositório do que há de mais minucioso.” E completa: “É admirável o conhecimento que tem este homem de letras, tão modesto e simples, quão competente e da mais correta concepção histórica, da cidade do Rio do Janeiro, do seu passado, dos seus governos, dos seus habitantes, das suas ruas, de seus hábitos e dos seus costumes.”

Essa marca do historiador erudito caracterizado pela dedicação à pesquisa documental revela-se igualmente nos seus agradecimentos. Além de Vieira Fazenda, bibliotecário do IHGB e guardião do acervo documental da insituição, Felisbello Freire agradece ainda a Mello Moraes, antigo diretor do Arquivo do Distrito Federal, assim como menciona sua gratidão a Rabelo Veloso, diretor do Arquivo Público, atual Arquivo Nacional, Rabelo Velloso. A menção a esses nomes que se identificam com as instituições da erudição histórica no Brasil certamente se constitui em recurso para legitimar a identidade de historiador do escritor sergipano que se aventurava nas searas da historiografia carioca.

Outra dimensão de seu compromisso com a erudição se expressa nas notas do livro em que Freire desenvolve debates historiográfico com autores não necessariamente ligados ao enfoque da história da cidade, mas que de algum modo abordaram aspectos decisivos da história local. Considerando a extensa pesquisa bibliográfica de Felisbello Freire, nota-se que nessas referências historiográficas complementares o autor buscava sublinhar divergências historiográficas precisando dados, mas igualmente



afirmando a qualidade de seu trabalho de pesquisa histórica. Nesse sentido, procura debater com autores com obras de referência consagradas, como Francisco Adolfo de Varnhagen e o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autores de destaque na geração fundadora do IHGB em meados do século XIX, a data da saída da expedição de Estácio de Sá. Em outro momento, discute a partir de Monsenhor Pizarro e Baltasar da Silva Lisboa, autores pioneiros da história do Rio de Janeiro no início do século XIX, o local da primitiva fundação da cidade, definindo seu ponto de vista apoiando-se em Varnhagen, com o que fecha a questão. Observa-se claramente que a polêmica historiográfica é deixada para a nota, espaço de exposição do exercício erudito de confrontação de textos. Outras vezes corrige a historiografia pelo confronto com a documentação, tal como na nota 2, p. 28/29, em que a partir de documentação do *Arquivo do Distrito Federal*, demonstra como a afirmação de Varnhagen sobre o termo da cidade não estava correta. Leva às últimas consequências o compromisso erudito do ofício de historiador.

De outro lado, ele mesmo situa sua posição no campo da historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro na apresentação do primeiro volume da obra publicado em 1912. Longe de reconhecer a produção historiográfica diversificada sobre a cidade na altura em que escrevia seu livro e mais ainda quando o publicou na década de 1910, Freire afirma que a literatura histórica carioca, para usar suas palavras, “incontestavelmente é uma pobreza lamentável”. Destaca, então, como referência os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa como a única obra conhecida sobre a história da cidade, considerando, porém, que “não passa de um plágio vergonhosíssimo de uma Memória manuscrita que existe na Biblioteca Nacional”, a qual ele mesmo teria recorrido nas suas pesquisas. Além do livro do antigo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e irmão do famoso Visconde do Cairu, Felisbello Freire cita a obra que ele denomina *As Memórias Fluminenses*, escritas por Monsenhor Pizarro, que segundo ele “não passam de uma história religiosa”. Ou seja, ao mesmo tempo que reconhece a importância de antigas obras sobre a história da cidade da primeira metade do século XIX, Freire não se preocupa em desqualificá-las. Desse modo, posiciona-se em relação aos interlocutores escolhidos por ele e ao mesmo tempo ao apontar sua avaliação crítica, terminava por valorizar seu próprio empenho original.

No entanto, ao eleger Silva Lisboa e Pizarro como seus interlocutores privilegiados no terreno da historiografia carioca, é possível reconhecer que Felisbello Freire buscava dialogar com autores que trataram a história da cidade de modo abrangente, buscando caracterizar todos os processos históricos desde a fundação da cidade, que sustentavam suas afirmações em um rigoroso controle cronológico dos fatos, com base em largas citações de documentos, tendo instituições e seus dirigentes, como a Câmara

Municipal e seus governantes, assim como a Igreja católica e seus bispos, como agentes fundamentais do processo histórico.

Nesse sentido, o autor também negava uma outra vertente da historiografia carioca e predominante no seu tempo. Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro tinha como referência historiográfica consensual o livro de Joaquim Manoel de Macedo, chamado *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, em que foram reunidas as suas crônicas publicadas entre 1862 e 1863 no *Jornal do Comércio*. Cada crônica constituiu um capítulo do livro, apresentando um percurso de leitura que descrevia etapas de um passeio pela cidade em busca de seus monumentos e logradouros históricos. A primeira crônica é dedicada ao largo do Paço, atual praça XV, o que envolve a história da edificação de suas igrejas e a edificação do Paço Imperial, antiga sede do governo da capitania colonial.

A obra de Joaquim Manoel de Macedo operou um pensamento histórico particular que tinha como lugar de enunciação a imprensa, dirigindo-se a um público letrado genérico e não a pares ou estudantes de história. Sua expressão consolidou o que se caracteriza como crônica histórica, que se caracteriza como um gênero narrativo peculiar que aproxima a análise histórica do jornalismo com o gosto da literatura, assumindo que no campo da leitura de variedades e entretenimento é possível difundir conhecimento e provocar a reflexão. O próprio Joaquim Manoel de Macedo definiu:

*“Que fiz eu? Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; juntei à história verdadeira os tais ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar a imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê, e que eu desejo que leia os meus Passeios; mas nem uma só vez deixei de declarar muito positivamente qual o ponto onde a intenção se mistura com a verdade.”*

Dito de outro modo, em tom de amenidade, o gênero da crônica histórica deixa a erudição num plano subliminar à leitura sem deixar que participe do enredo, do mesmo modo que toma a memória como fonte para desenvolver o argumento histórico. Diz o historiador da cidade Joaquim Manoel de Macedo:

*“Irei referir de envolta com alguns fatos registrados nas crônicas do tempo uma ou duas tradições populares. Colhi os primeiros nos livros e memórias que consultei, e as segundas contou-mas um padre velho que morreu há dez anos. Daqueles não é lícito duvidar; a estas pode negar-se crédito sem receio de molestar o padre, que já não tem que ver com as cousas deste mundo.”*

Desse modo, a crônica histórica definida a partir de Macedo assume o ponto de vista do coloquial e do prosaico, ao rés-do-chão na feliz



expressão de Antonio Candido, partindo da observação para abordar lugares que demarcam territórios sociais que se relacionam com fatos e costumes. É assim que a cidade surge na pena do historiador como experiência sensível e comum no qual se inscreve a informação histórica a ser analisada. O fato urbano como episódico permite o tratamento abrangente, caracterizando o modo peculiar da crônica que toma o singular como ponto de partida para abordar o universal. Desse ponto de vista, o local faz diferença, assim como o acontecimento singular, pois serve para enfatizar o sujeito histórico como tipo social com personalidade e com caráter tão próprio que parece ser individual sem que um indivíduo notório seja mencionado.

Esse tipo de escrita da história, que faz até hoje a historiografia carioca popularmente atrativa, contrasta fortemente com o estilo narrativo marcado pela objetividade e com o rigor da construção do pensamento histórico de Felisbello Freire. Poderia se argumentar que a concepção de história do autor sergipano que se fez carioca é decorrência sustentação de seus argumentos a partir da referência das fontes consultadas, que são basicamente oficiais e de governo. No entanto, o debate historiográfico que emerge de sua obra indica que se tratava de uma opção clara. Desde a apresentação de seu livro em que pontua antigos autores da historiografia carioca, Freire demarca a sua construção historiográfica pelo contraste em relação a outros autores, fundamentando sua oficina da história na pesquisa de fontes de época, no enfoque não religioso, e numa abordagem sistemática e abrangente da história da cidade, salientando um tom sistemático que não existe no modelo da crônica histórica carioca elaborada a partir de Macedo.

Curiosamente, Freire faz concessão a Moreira Azevedo, mas despreza Joaquim Manoel de Macedo, modelo assumido para a historiografia de Moreira Azevedo, cuja obra também é fruto de crônicas da imprensa. Tal como Macedo, Moreira Azevedo também era um autor de literatura urbana, entre outros do romance histórico *Franceses no Rio de Janeiro*, um crônica de amor que se passa no contexto da invasão de corsários franceses no Rio de Janeiro em 1711.

A análise do sumário da obra já indica que a leitura da história arquitetada por Felisbello Freire tem como objetivo a caracterização de estruturas históricas a partir do governo e seus governantes, a organização administrativa, política, tributária, militar e judiciária, e, no caso, o que ele chamava a cidade que tinha em suas ruas o tema central. A cronologia se constitui como fio da narrativa e ordenador da compreensão do processo histórico, caracterizando a cidade de cada século ou cada época, demarcada pelos seus governos, ordem jurídica e plano descritivo da ordem física da cidade. Fundamentalmente, o governo do Estado se constitui como sujeito principal da história.

A leitura das páginas dos volumes de *História da Cidade do Rio de Janeiro* evidencia que a análise histórica elaborada na obra era atenta à história da organização do território, caracterizando o processo de colonização, e concentrava-se na ação da administração colonial, buscando a caracterização do papel das instituições e seus mandatários. Nesse sentido, analisa a construção da cidade colonial principalmente a partir do governo da capitania, o agente principal do processo histórico analisado, colocando no centro dos argumentos de análise os governadores. Por consequência, é a correspondência dos governadores que estrutura seu plano de redação e serve de fonte documental estruturante da pesquisa, combinada por vezes pela documentação cartorária.

Pode-se dizer que o livro de Felisbello Freire apresenta uma história política da cidade definida como história administrativa combinada com o interesse pela política tributária e financeira do governo e com uma atenção especial para a compreensão da história territorial. Aliás, na apresentação do livro, Felisbello Freire indica claramente seu interesse pela história territorial do poder municipal, expondo sua convicção de que o patrimônio público foi historicamente lesado pelos interesses particulares. Isso o conduz a uma exploração substantiva de arquivos cartorários ao lado da correspondência dos governadores. Os temas mais próximos da dinâmica da sociedade que o autor abordou foram a questão do abastecimento de água e o caso da revolta antifiscal dos Barbalhos, atualmente mais conhecida como Revolta da Cachaça, ocorrida no século XVII. Em ambos os casos, o tema que o conduz a esses aspectos é a questão tributária expondo a questão dos limites da ação do governante.

Tendo a documentação manuscrita de época como base, Freire traz uma leitura do passado da cidade a partir do modelo de uma história erudita e sistemática. No prefácio da 1ª edição, anota: “O nosso guia foram os manuscritos que à farta existem na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico [IHGB] e principalmente no Arquivo Público [Arquivo Nacional]”. Nesta passagem não menciona diretamente o Arquivo do Distrito Federal, mas cita fartamente as transcrições de documentos publicadas na revista da instituição municipal, e faz referências à obra do diretor Mello Moraes Filho e lamenta a interrupção da publicação da revista. Destaca conjuntos documentais como: Provedoria de Fazenda, Correspondência dos Governadores, bandos e ordens, ordens régias, cartas régias, cartas de sesmarias, consultas do Conselho Ultramarino. A documentação ainda é fartamente explorada nas notas de pé de página e há farta transcrição de documentos, ressaltando-se a referência da fonte e seus arquivos. As notas também são usadas pelo autor para apresentar informações factuais complementares, como dados históricos de edifícios religiosos, citando a fonte de referência. Nas notas verifica-se também o uso de compêndios documentais como a já mencio-



nada revista Arquivos do Distrito Federal, mas igualmente o Tombo das Terras Municipais, organizado por Haddock Lobo.

Esse tratamento com base na informação documental define o caráter de narrativa factual de Felisbello Freire. A descrição dos acontecimentos traduz o pensamento histórico que se instaura na historiografia freiriana. A compreensão da história da cidade de Felisbello Freire se sustenta na rede dos conceitos que caracterizam sua escrita da história e tão bem sistematizada por Francisco José Alves<sup>4</sup>. De um modo geral, sua abordagem procura se definir como uma história explicativa que faz uso da explicação causal e da finalista. Os fatos históricos são entendidos por seus antecedentes e elucida uma cadeia de consequências. No caso de livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* se reconhece muitas vezes que a economia, entendia a partir do tributo ou do poder comercial, cumpre o papel de fator causal, assim como dos desmandos de governo. Como anota Francisco José Alves, na historiografia de Felisbello Freire, a noção de *progresso* que encontra seu correspondente na *decadência* é chave na análise do autor, assim como é frequente as categorias de *civismo* e *patriotismo* que podem ser atributos pessoais ou de instituição e que se contrapõe às *paixões* que em geral afetam os governantes. Essas categorias analíticas permitem ao autor identificar fases históricas. Nesse sentido, Felisbello Freire caracteriza que a cidade do Rio de Janeiro como produto da colonização passou pela sua fase militar antes de sua fase agrícola, organizando a evolução como marca do pensamento histórico interessado em identificar os processos de afirmação da civilização. Na obra de Freire, pode-se dizer que o conceito de *civilização*, ora indica estágio de desenvolvimento, mas igualmente o que identifica uma sociedade, o que se confirma na sua análise histórica do Rio de Janeiro, ora considerando o sentido de sociedade singular, ora avaliando seu estágio na escala de desenvolvimento.

Reunindo todos esses elementos, o que se observa em *História da Cidade do Rio de Janeiro* é que Felisbello Freire se afasta inteiramente das tendências predominantes da historiografia carioca de seu tempo que tinha a crônica histórica como modelo, mesmo no caso de Vieira Fazenda seu contemporâneo e reverenciado por ele mesmo. Além de desqualificar autores e obras que ele mesmo toma como referência inicial, o escritor deixa de mencionar outros nomes que marcaram a historiografia carioca de seu tempo.

O pressuposto do historiador sergipano-carioca no tratamento da cidade também revela outro enfoque menos localista, revelando a chave de sua abordagem da história da cidade. Na primeira frase do prefácio da primeira edição, do primeiro fascículo, do primeiro volume de sua obra,

datada de 1901, Freire afirma: “*Escrever a história do Rio de Janeiro é escrever a história do Brasil.*”. Em seguida arremata: “Com a riqueza não podia deixar de vir o predomínio político. Foi o que se deu. O Rio de Janeiro tornou-se o maior centro da vida política e administrativa, antes de por lei ser considerado a sede do governo colonial.” Não sem razão um dos aspectos destacados pelo parecer que julgou o manuscrito original destacava como um dos méritos da obra o tratamento de como a partir do governo de Vahia Monteiro, o governo municipal foi sendo esvaziado, especialmente a partir do ato de 1736 que retira do poder local o controle de impostos. Contudo, o que interessa destacar, é que Felisbello Freire enfatiza um ponto de vista nacional para a história da cidade, que contrasta com a historiografia que chamamos mais propriamente de carioca, que se caracteriza pela busca da identidade local.

Nesse sentido, não seria demasiado dizer que a *História da Cidade do Rio de Janeiro* de Felisbello Freire se revela um ponto fora da curva, pois o que a historiografia carioca buscava era um ponto de vista íntimo, interior, prosaico que singularizasse a vida da cidade. Freire, por sua vez, procurou fazer do Rio de Janeiro um laboratório da civilização brasileira, caminhando numa direção que pode explicar porque seu livro nunca foi propriamente valorizado nem pela crítica e nem pelos cariocas.

